

OG, 3/6/37

Reunião de Ulysses e Covas com relatores busca unificar PMDB

Foto de Juan Carlos Gómez



Ulysses aponta antagonismos

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, e o Líder do partido na Constituinte, Senador Mário Covas, reuniram ontem à noite os oito relatores das Comissões Temáticas para buscar um acordo em torno de compromissos programáticos da agremiação que deverão integrar os anteprojetos a serem votados naqueles órgãos. O objetivo é conseguir a unidade partidária.

A reunião, no apartamento do Senador, é a segunda que Ulysses Guimarães tem com os relatores. A primeira foi em sua casa, sem a presença de Mário Covas. A de ontem se deveu à iniciativa de Covas, que solicitou a presença de Ulysses. Ela foi considerada como a fórmula de conciliar as diversas correntes do PMDB, que votaram antagonicamente nas Subcomissões, mesmo em torno de compromissos históricos do partido.

Ulysses Guimarães deixou clara

esta estratégia, ontem à tarde, depois de manter um rápido encontro com o Governador de Minas, Newton Cardoso. Ele ressaltou a importância da colaboração da bancada mineira, integrada por 35 Deputados, neste trabalho de colocar no texto constitucional os compromissos partidários.

— O PMDB tem um programa e compromisso que devem ser traduzidos numa Constituição moderna, numa Constituição contemporânea — disse.

Depois do encontro com o Governador, Ulysses ouviu queixas do Coordenador de bancada mineira, Marcos Lima, contrariado com o radicalismo dos relatores indicados pelo Líder Mário Covas. Ele concordou que houve alguns "sectários" que tentaram impor seus pontos de vista nos relatórios. "É, houve isso", comentou.

Segundo o Presidente do PMDB, a posição de alguns relatores de Subcomissões trouxe dificuldades, que estão sendo superadas agora, quando os relatores das Comissões Temáticas estão procurando o consenso entre as diversas tendências.

— Há dificuldades quando alguns tentam impor o seu pensamento para que os outros adiram — disse Ulysses.

Abertura para o capital estrangeiro gera grande debate entre correntes

Foto de Juan Carlos Gómez



Campos debate com 'progressistas'

BRASÍLIA — O debate ideológico continua acirrado na Comissão da Ordem Económica: ontem, a discussão sobre abertura ao capital estrangeiro dominou a reunião, tendo como opositores de um lado o Senador Roberto Campos (PDS-MT) e de outro os deputados Aldo Arantes (PC do B-GO), Fernando Santana (PCB-BA) e Irma Passoni (PT-SP).

A polêmica começou quando Campos acusou a ala "progressista" da comissão de ter comportamento "xiita, retrógrado e avesso ao progresso", por rejeitar a participação do capital estrangeiro, que para o Senador não deveria sofrer qualquer limitação, e por defender monopólios estatais para o petróleo e a reserva de mercado para a informática. Campos disse que o monopólio de petróleo deveria ser inteiramente revogado — e não só parcialmente, conforme decidiu a maioria "conservadora" na Subcomissão de Princípios Gerais — por ser "um absurdo e uma idéia historicamente ridícula". Citou como exemplos os países capitalistas avançados, nenhum dos quais tem monopólio.

Arantes respondeu acusando Campos de "dar tratamento igual a coisas diferentes": estes países, por serem sede das grandes multinacionais que controlam o setor petrolífero, não teriam necessidade de proteção, no caso do petróleo, mas não hesitam em levantar barreiras protecionistas sempre que necessário para

garantir seus produtos nacionais. Arantes disse ainda que o avanço tecnológico não chegará ao País pela compra de tecnologia em "caixas pretas" fechadas, mas com a incorporação de avanços ao desenvolvimento da tecnologia nacional.

Santana esclareceu Campos de que a abertura à tecnologia multinacional efetuada na União Soviética e na China pode ser feita sem prejuízo da soberania desses países diante do controle do Estado pela economia e, por isso, estes países não poderiam ser usados como exemplos de uma tendência universal de abertura ao capital estrangeiro, pretendida pelo Senador.

Apesar das esperanças do relator, Senador Severo Gomes, de chegar a uma negociação que preserve pontos de vista "progressistas" contidos no programa do PMDB, a maioria "conservadora" da Comissão da Ordem Económica não está disposta a abrir mão de suas posições sobre as reformas agrária e urbana e a participação do capital estrangeiro na economia.

Os "conservadores" têm elogiado a posição conciliadora de Severo. O Deputado José Lins (PFL-CE), que se inclui entre os "conservadores", e preside a comissão, acha que "vai ser diferente" e não se repetirá o impasse acontecido nas subcomissões, porque Severo está procurando ouvir a todos. Ele acha que a maioria da comissão concorda com a necessidade de se dar uma definição precisa do que é empresa nacional, um dos pontos defendidos por Severo.

Outro "conservador", o Deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), também começa pelos elogios ao relator.

— Ele tem cintura, não é como o outro (Deputado Osvaldo Lima Filho, PMDB-PE), que era inflexível".

Quanto às chances de Severo conseguir uma fórmula para preservar algumas posições "progressistas", Paulinelli não deixa muitas esperanças. Reforma agrária, só nas propriedades consideradas improdutivas, e o conceito de produtividade não entra na Constituição.

Furtado recusa o Conselho de Ética na Cultura

BRASÍLIA — O Ministro da Cultura, Celso Furtado, pediu à Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes que altere o seu anteprojeto, retirando do Ministério da Cultura o Conselho de Ética, criado para classificar a literatura infantil e acompanhar a programação dos meios de comunicação, para vinculá-lo diretamente ao Chefe do Governo. Segundo o Presidente da Comissão, Senador Marcondes Gadelha, que recebeu e encampou a solicitação do Ministro, Furtado acha que a atividade classificatória de obras de arte é muito ampla e transcende os limites de seu Ministério, por questões morais e materiais.

— Esta proposta empurra a censura para o Ministério da Cultura e o Ministro não quer — disse Gadelha, que colocou o tema em discussão na Comissão e apresentará emenda com as alterações pedidas pelo Ministro.

De acordo com a sugestão apresentada por Furtado a Gadelha, o Conselho de Ética deve ser composto por membros da sociedade, para análise classificatória, opinião e informação.

Lima Filho sente ameaçado por ruralistas

BRASÍLIA — O Relator da Subcomissão da Reforma Agrária, Deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), divulgou ontem um telegrama assinado pelo Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado e mais 42 pessoas físicas e jurídicas, para as quais a limitação da propriedade rural, proposta pelo Parlamentar, causará "um retrocesso de no mínimo 50 anos no País".

O Deputado interpretou como ameaça um trecho em que os proprietários rurais escreveram: "Mesmo que V.Excia. consiga ganhar algo com isto, não deve esquecer de que seus filhos é que perderão."

— Na votação do meu anteprojeto, há cerca de 15 dias, ouvi muitas ameaças verbais e sei que partiram de pessoas identificadas com a UDR — recordou Lima Filho.

Ele atribuiu a redação "ao notório fascista Ronaldo Caiado".

Oswaldo Lima Filho disse que não pretende levar o telegrama ao conhecimento oficial do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, nem dar prosseguimento ao assunto, através de pronunciamento ou qualquer outra forma. No seu entender, se o fizesse, lhe daria "uma importância maior do que realmente tem".

O anteprojeto de Osvaldo Lima Filho, apresentado à Subcomissão da Reforma Agrária, foi rejeitado numa sessão tumultuada, em que as pressões feitas pelos "conservadores" contra o texto original acabaram reduzindo-o a apenas dois artigos.

Egydio conclui relatório e faz mistério sobre mandato

BRASÍLIA — O Relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), não teve tempo ainda de examinar todas as 1.454 emendas apresentadas aos anteprojetos das três subcomissões. Mesmo assim, já está com o seu anteprojeto pronto e deverá apresentá-lo na segunda-feira.

Ele disse que em branco só está uma questão, justamente a que tem gerado os maiores debates: a duração do mandato do atual Presidente da República, que deverá ficar nas disposições transitórias.

— Tenho muito tempo, até segunda-feira, para decidir sobre isso. Posso deixar para preencher esse espaço em branco na última meia hora, antes de entregar o anteprojeto — disse, bem-humorado.

Se, contudo, não explicitou sua preferência por um mandato de quatro ou de cinco anos para Sarney, o Relator deu uma pista: disse que a questão do sistema de Governo é de tal forma prioritária que torna os outros assuntos secundários.

— Em troca de uma definição precisa em relação ao Sistema de Governo, algumas concessões importantes no debate político devem ser feitas — acentuou.

Egídio Ferreira Lima observou

ainda que a fixação do mandato do Presidente Sarney passa necessariamente pela definição do sistema de Governo. Franco defensor do parlamentarismo, ele acha que, na hipótese de a Constituinte optar pelo presidencialismo, o mandato de cinco anos está descartado.

Seu anteprojeto caracteriza, com clareza, um sistema parlamentarista adaptado às "exigências singulares do Brasil e à sua formação histórica". E assinalou: "O sistema híbrido seria um desastre, pois traduziria uma fonte de conflitos permanentes".

Na "limpeza" que fez na proposta que emergiu da Subcomissão do Poder Executivo, Egydio retirou os "aleijões" que não caracterizavam nem uma nem outra forma de Governo. Muitas propostas rejeitadas foram reinseridas no anteprojeto.

Neste contexto, o Relator observou, por exemplo: "Não há parlamentarismo sem dissolução da Câmara e sem voto de desconfiança ao Ministério". Uma das emendas que Egydio Ferreira Lima deverá acatar será a do Relator da Subcomissão do Poder Executivo, Senador José Fogaça (RS), que coloca os Ministros militares como passíveis de sofrer moção de desconfiança, como todos os demais Ministros.